

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO AO CAPACITISMO A PARTIR DO CAMPO DAS ARTES VISUAIS

Rogério Henrique da Silva Albuquerque – Gaspar
Universidade Regional do Cariri – URCA (rogerio.albuquerque@urca.br)

RESUMO

A proposta desse trabalho é refletir sobre a Educação inclusiva no Brasil, a partir do campo pedagógico das Artes Visuais. Apresentamos uma compreensão de educação inclusiva, como aquela que ancorada nos direitos humanos, visa uma educação que valoriza a diferença e igualdade como fatores imbricados dos sujeitos sociais, com propósito de equidade dentro e fora da escola (BRASIL, 2007, p.1). Contudo, uma breve revisão histórica dessa educação específica no Brasil, mostra-nos momentos em que essa política reproduz o senso comum e as percepções sociais acerca das pessoas com deficiência, assim, destacamos três momentos para reflexão: um período de segregação; outro de integração social; período compreendido como o de inclusão (LEAL; NETO, 2019). Observamos esses momentos a partir do campo das artes visuais, tensionando como a prática cotidiana pode ter momentos de reprodução do capacitismo, que é uma forma de discriminação onde se acredita que pessoas com deficiências não são capazes (MELLO, 2016), bem como, momentos estratégicos de reinvenção e enfrentamento da corponormatividade, que em sua busca por corpo funcionais, promove múltiplas violências a quem não se encaixa em seus modelos de humanidade (CAMPOS; SOUSA, 2019). É acreditando em uma Arte-educação como epistemologia da arte, como diria Barbosa (2012), que poderemos desconstruir a lógica do capacitismo.

Palavras-Chaves: Educação inclusiva; Artes visuais; Anticapacitismo; Efetivação; Desafios.

INTRODUÇÃO

Em Pedagogia da autonomia (2015), Paulo Freire nos diz que, quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade.

O texto que aqui apresento é resultado de percepções e experiências do meu cotidiano que penso que me servem de ponte para reflexão acadêmica no campo do ensino das artes visuais e sua relação com as dimensões sociais do que se entende hoje por “capacitismo”. Segundo Mello (2016, p. 8), “*capacitismo* é a forma como pessoas com deficiência são tratadas como “incapazes”, aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o racismo, o sexismo e a homofobia”. Com base nessas problemáticas pautadas desde uma perspectiva pessoal e

profissional indaga se o ensino de Arte/Artes Visuais, no contexto escolar, tem colaborado com a inclusão de estudantes com corpos não normativos?

CONCEITUALIZANDO AS PRÁTICAS COTIDIANAS

Analisar a história da educação escolar no Brasil, com foco nas pessoas com deficiência, é compreender que os corpos com deficiência são excluídos por não atenderem as exigências da corponormatividade e de um capacitismo, que é uma lógica desumanizadora por desrespeitar outras formas de corpos/sujeitos. “Capacitismo é, assim, um neologismo para se referir ao preconceito contra pessoas com deficiência e sua proveniência é estruturante das relações sociais, mobilizando o mesmo campo de forças que a questão racial mobiliza.” (MARAFON; PILUSO, p. 5, 2020). Aprofundando o conceito, as autoras entendem que “...o capacitismo está para as pessoas com deficiência, assim como o racismo está para as pessoas afro-descendentes e o sexismo está para as mulheres...” (MARAFON; PILUSO, p. 8, 2020). Podemos entender melhor o capacitismo com o auxílio da teoria Crip, que de acordo com Marafon e Piluso (2020):

O postulado máximo da teoria Crip é de que a sociedade contemporânea se sustenta na *corponormatividade* de uma estrutura social pouco sensível à diversidade corporal, na qual a pessoa deficiente destoa do padrão dominante e na qual existe uma gradação da corporalidade em virtude da ideia de normalidade (p. 6).

É a partir das contribuições da Teoria Crip que vamos compreendendo como as pessoas com deficiência foram, historicamente, excluídas da sociedade e ao mesmo tempo do ensino escolar, isso porque as atuais políticas educacionais estão imbricadas em um quadro mais amplo das transformações econômicas, políticas, culturais, geográficas e artísticas que caracterizam o mundo ocidental contemporâneo.

BREVE REVISÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Aqui trazemos a compreensão de educação especial em uma perspectiva inclusiva, como aquela que ancorada nos direitos humanos visa uma educação que valoriza a diferença e igualdade como fatores imbricados dos sujeitos sociais, com propósito de equidade dentro e fora da escola. Contudo, o percurso histórico da educação especial no Brasil, vai nos mostrar três momentos marcante para essa política, onde podemos destacar

um período de segregação, outro de integração social e por fim o período compreendido como o de inclusão.

É importante compreendermos que estas iniciativas ocorridas no final do século XIX, atendiam apenas as pessoas surdas e cegas, pessoas com privilégios econômicos que poderiam superar as dificuldades provenientes de suas deficiências e se habilitar para a educação e o trabalho (LEAL; NETO, 2019)

CONSIDERAÇÕES

Consideramos, ao final desse trabalho, que as discussões aqui apresentadas estão ainda tomando força e repercussão tanto no campo da educação, quando nas consciências coletivas. É preciso tempo e resistência dos atores sociais envolvidos com a temática e resiliência para responder as reviravoltas sociais que teimam em fazer uma inclusão que deixa pessoas fora.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. [livro eletrônico], (org.). — 7. ed. — São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a práticas educativas**. 51ª ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LEAL, Daniela; NETO, Francisco Rodrigues. A genealogia das políticas públicas no Brasil: olhares sobre a pessoa com deficiência. In: SOUSA, Ivan Vale de. (Org.). **Educação Inclusiva no Brasil: História, Gestão e Políticas**. – Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019.

MARAFON, Giovanna; PILUSO, Roberta Pinheiro. **Deficiência, mulheres e cuidado: intersecções em relações jurídico-sociais aplicadas**. Revista: Teoria jurídica contemporânea, janeiro-junho 2020 © 2020 PPGD/UFRJ – ISSN 2526-0464, p. 110-134

MELLO, Anahi Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC**. Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. *Jornal Ciência & Saúde Coletiva*. 2016.

CAMPOS, Sebastião Raimundo; SOUZA, Marilza Terezinha Soares de. **Percurso sócio-histórico da educação inclusiva**. In: SOUSA, Ivan Vale de. (Org.). **Educação Inclusiva no Brasil: História, Gestão e Políticas**. – Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019.